A PESQUISA FRONTEIRICA NO ARCO CENTRAL DO BRASIL

Paraguai

contextos históricos e desenvolvimento regional

Deserto acadêmico

A fronteira do arco central do Brasil está presente nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, com registros de pesquisa na área da comunicação, sobre essas localidades, desde 2006.

Foram analisados dados sobre o desempenho dos municípios, a quantidade de veículos de comunicação na região e o número de estudos sobre o tema



MS Fronteiras

Mais do que demarcações geográficas

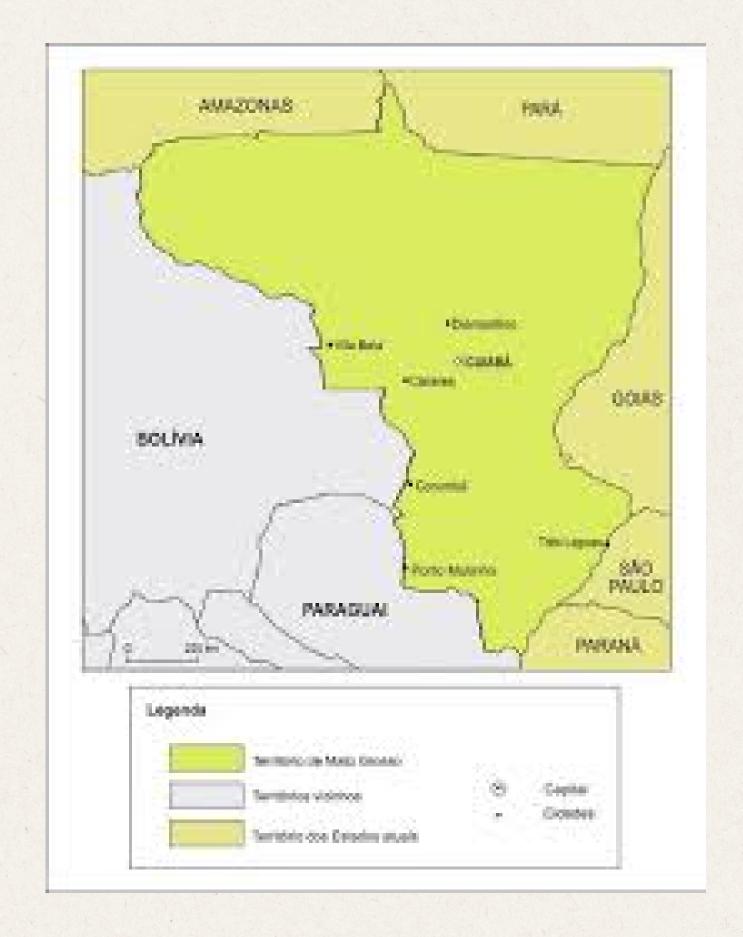
As regiões de fronteira, conforme definidas por Haesbaert (2005), são espaços marcados por fluxos culturais, econômicos e comunicacionais transnacionais.

No caso do Mato Grosso do Sul, a relação com Paraguai e Bolívia intensifica as dinâmicas de hibridismo cultural e circulação de informações, o que exige do jornalismo local uma abordagem sensível às especificidades linguísticas, identitárias e territoriais.

A fronteira

O Mato Grosso do Sul conta com **79 municípios** e uma população de 2.839.188 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021).

Duas regiões se sobressaem como polos de integração regional e pela importância histórica - Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Corumbá-Puerto Quijarro, municípios limítrofes entre Brasil e Paraguai e Brasil e Bolívia respectivamente.

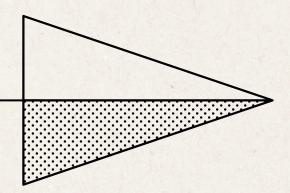


Fronteira

A linha divisória com os dois países totaliza 1.517 quilômetros de fronteira, e compreende as regiões Sul, Sudeste e Oeste do estado, dos quais 1.131 quilômetros são com o Paraguaie 386 quilômetros com a Bolívia. Desse espaço, 730,8 quilômetros constituem fronteira seca direta com esses dois países

São **nove** municípios na fronteira do Paraguai: Antônio João, Bela Vista, Caracol, Coronel Sapucaia, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho e Sete Quedas

Na faixa de fronteira seca com a Bolívia temos **um município**, Puerto Quijarro, que faz fronteira com Corumbá Nesses dez municípios, destacam-se dois pelo seu **baixo desempenho** na medição do Índice de Desenvolvimento Humano em Municípios (**IDHM**)



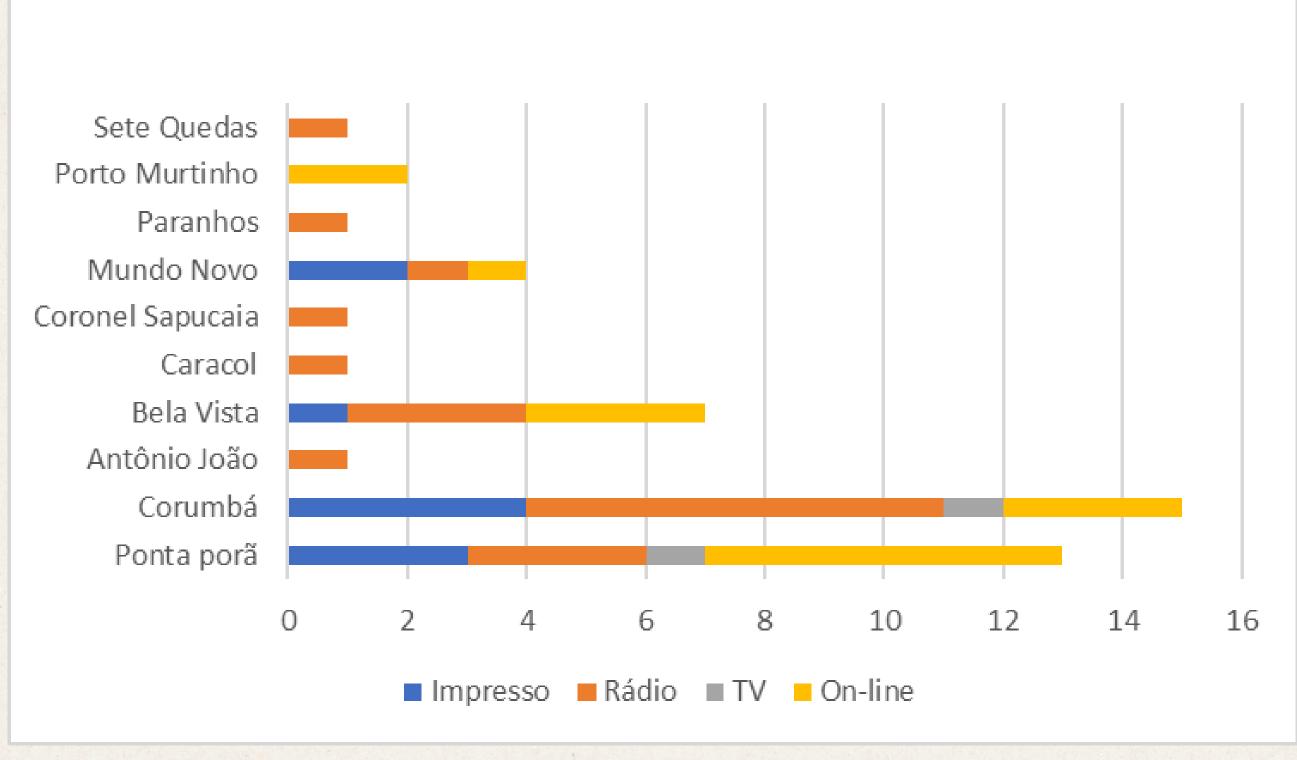


Ponta porã	0,701
Antônio João	0,643
Bela Vista	0,698
Caracol	0,647
Coronel Sapucaia	0,589
Corumbá	0,7
Mundo Novo	0,686
Paranhos	0,588
Porto Murtinho	0,666
Sete Quedas	0,614

Reflexos no Jomalismo

NA QUANTIDADE DE VEÍCULOS

Paranhos e Coronel Sapucaia, os dois municípios com menos IDHM, têm apenas um veículo cada



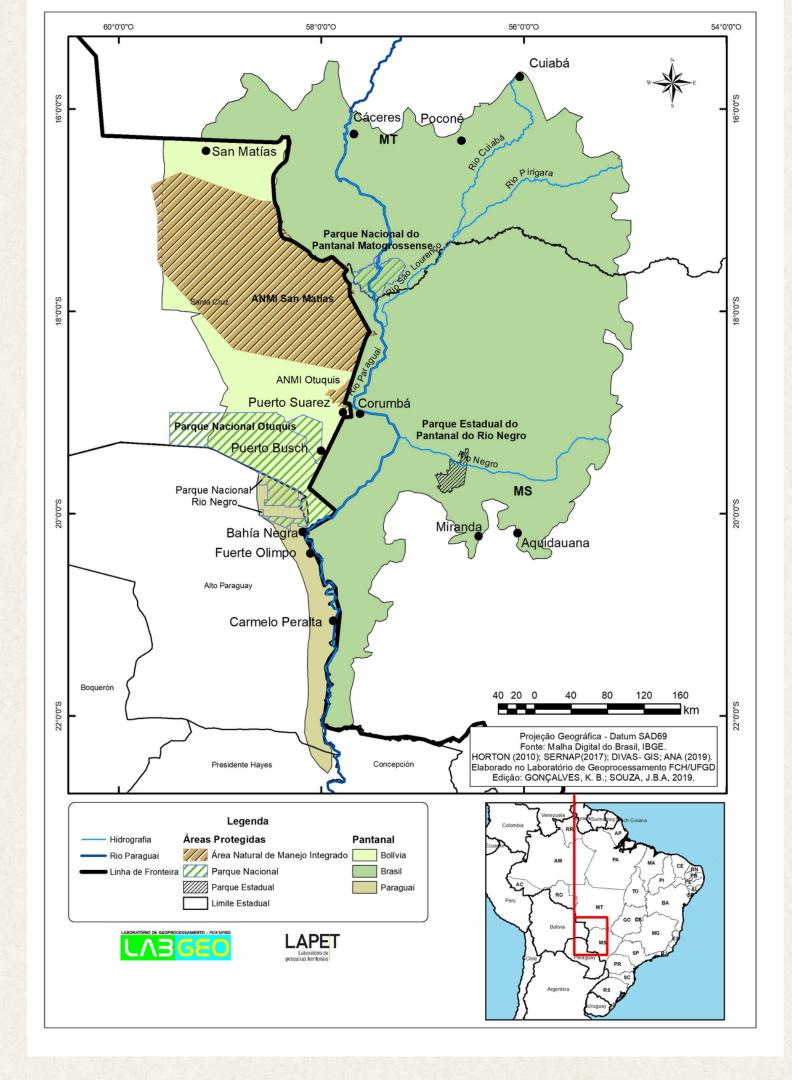
Reflexos no Jomalismo

NA QUALIDADE DE VEÍCULOS

O jornalismo local é frequentemente marcado por estruturas de produção reduzidas, vínculos estreitos com atores políticos locais e limitações técnicas e profissionais.

Esse fenômeno, que ocorre sobretudo em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), é caracterizado por um jornalismo declaratório, com pouca apuração, editorialização precária e forte dependência de fontes oficiais.

A presença de veículos, ainda que numerosa em alguns municípios, não garante a qualidade da informação, sendo comum a ocorrência de práticas jornalísticas comprometidas com interesses políticos locais.

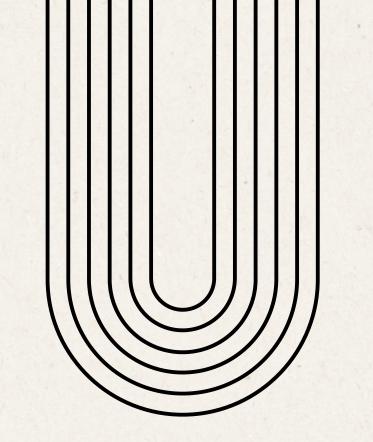


Sistematização de pesquisas

Nesta regionalidade o contexto fronteiriço é muito significativo, principalmente para Mato Grosso do Sul

A partir da implantação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCOM/UFMS), em 2011, as pesquisas sobre a fronteira começam a ganhar sistematização representando esse interior, pouco conhecido academicamente.

2015 a 2025 PPGCOM-UFMS



8 DISSERTAÇÕES
DEFENDIDAS

DOUTORADO IMPLANTADO EM 2024

2 TESES EM
DESENVOLVIMENTO

Considerações finais

A pesquisa confirma que a presença de veículos de comunicação tende a se concentrar nos municípios com maior IDHM, como Ponta Porã e Corumbá, onde há não apenas maior número de mídias impressas, radiofônicas, televisivas e digitais, mas também um ecossistema mais diversificado e articulado.

Municípios com baixos índices de desenvolvimento humano, como Coronel Sapucaia e Paranhos, contam com infraestrutura comunicacional mínima, muitas vezes restrita a uma única emissora de rádio.

Considerações finais

Essa desigualdade territorial na distribuição e fortalecimento da mídia revela que o desenvolvimento comunicacional está diretamente atrelado à condição socioeconômica local, o que reitera a necessidade de políticas públicas específicas para a democratização do acesso à informação em regiões periféricas, em especial nas fronteiras internacionais.

Mesmo nas cidades com maior número de veículos, a precariedade estrutural e editorial é apontada por diversos estudos como um entrave para a produção de conteúdo jornalístico aprofundado, imparcial e informativo.

Considerações finais

A ausência de formação técnica (apenas um curso presencial) adequada e a falta de autonomia editorial também contribuem para um ambiente de comunicação pouco crítico e pouco reflexivo, incapaz de mediar conflitos ou representar efetivamente os interesses da comunidade fronteiriça.

Tal cenário reforça o argumento de que a democratização da comunicação vai além da ampliação de veículos: ela envolve também investimento em capacitação profissional, acesso à tecnologia, incentivo à produção independentee regulação que garanta a pluralidade.

Obrigada!

Daniela Cristiane Ota daniela.ota@ufms.br Laura Seligman laura.s@ufms.br